

O TRABALHO DO ARQUITETO E A APROXIMAÇÃO DAS COMUNIDADES

A aproximação das comunidades realizada por meio da assistência técnica e das extensões universitárias

Lutero Proscholdt Almeida (DAU PPGAU UFES)

Cleuber da Silva Junior (Ateliê de Ideias – ONG)

RESUMO GERAL

O trabalho do arquiteto junto às comunidades é um processo cumulativo e incremental, aqui trataremos de alguns exemplos desse processo de aproximação lento e intermitente, realizado por meio da assistência técnica e das extensões universitárias.

As três primeiras apresentações tratam da experiência de extensão universitária nos cursos de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES e da Universidade de Vila Velha - UVV. As duas primeiras tratam da trajetória do escritório Modelo Célula - EMAU, da UFES, no período de 2008 a 2014 realizada por Clara Luiza Miranda, enquanto Lutero Proscholdt de Almeida relata experiências mais recentes do Célula. A terceira explanação trata do projeto de extensão da UVV: Adote uma Casa, aqui apresentada por Andréia Fernandes Muniz, uma das coordenadoras do projeto. As duas últimas exposições mostram o trabalho de egressos do Célula, em trabalhos de assessoria técnica. Cleuber da Silva Junior conta sobre a sua atuação no núcleo de Habitação do Banco Comunitário Bem e na ONG Ateliê de Ideias. Samira de Souza Proêza relata a atuação social do arquiteto na urbanização na Villa 31, um emblemático assentamento informal de Buenos Aires, Argentina.

As assessorias técnicas de arquitetos urbanistas, associadas às experiências comunitárias autônomas têm se constituído um pensamento próprio, que conecta as “ideias aos lugares”, mediante concepções próprias: diagnósticos, prognósticos e soluções endógenas para os problemas urbanos e de moradia que enfrentam, sobretudo, as populações pobres desses países.

A escala comunitária constitui uma dimensão na qual a participação do habitante pode ser efetiva, mediante aquisição de poder de deliberação, de decisão e com o compartilhamento de conhecimento com os técnicos e os arquitetos. Nessa escala é mais possível do que em outras a radicação da democracia participativa, preconizada pela

legislação urbana brasileira. Nessa dimensão emergem as organizações específicas em produção de habitação social e de equipamentos comunitários, que redundam em desenvolvimento local. Em contraste com o quadro da dispersão ou fragmentação metropolitana em termos de organização social, no decorrer da história, nessa escala, observamos relevantes realizações produzidas pelas populações pobres, demonstrando que no setor da habitação não há “verdades universais” conforme Colin Ward e John Turner.

As experiências comunitárias têm se convertido numa possibilidade para a população de baixas renda obter melhorias na sua condição de moradia com alguma ou sem nenhuma assistência técnica. Enquanto a atuação do mercado imobiliário corrente e as políticas habitacionais em escala nacional, pelo menos no Brasil, resultam em desigualdade social, com um reduzido alcance socioeconômico, no aumento das injustiças espaciais, do déficit habitacional e das populações vulneráveis, desabrigadas.

A prática profissional do arquiteto em comunidades torna-se um escape do papel conservador burocrata tradicional, não obstante seu domínio institucional está fadado à obsolescência. Ainda, afirma o exercício profissional associado aos usuários, no qual se converte num ativista ou num mediador ou num facilitador. A aproximação da comunidade proporciona a criação de reciprocidades entre prática profissional formal e comunidades, que não contam com assistência técnica; forja articulações de cunho cooperativo entre organizações, instituições e movimentos sociais.

Uma pesquisa do CAU/BR e do Datafolha (2015) detectou que mais de 80% da população faz suas obras de construção civil sem assistência técnica. Quer dizer, a colaboração entre arquiteto e comunidade não é tão representativa quanto a autoconstrução. Esta que por mais que atenda os objetivos imediatos de abrigo, pode apresentar diversos problemas: estabilidade, conforto, segurança, erros construtivos que acarretam maior custo e menor durabilidade, por isso também, consideramos fundamental a inclusão dessa prática formação profissional dos arquitetos.

Esses aspectos requerem a redefinição dos termos da disciplina arquitetura e urbanismo, expressos pelos vínculos com o privatismo e o neoliberalismo econômico, tal como observa Teddy Cruz. Para ele, a aproximação entre arquitetura e comunidade solicita a reorientação para setores precários da cidade, antes desconsiderados, e para seus temas desprezados e incompreendidos: a pobreza, a segregação socioespacial, a favela. Esse redirecionamento confere centralidade às atividades de extensão da universidade que se dirijam ao apoio solidário na resolução dos problemas de exclusão e discriminação sociais como propõe Boaventura Souza Santos.

Dispõe-se da Lei de Assistência Técnica (Lei Nº 11.8888 de 24 de dezembro de 2008) que trata de “o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social”, como parte integrante do direito social à moradia previsto pelo art. 6º da Constituição Federal – que se vincula a outros direitos fundamentais, tais como: vida digna, privacidade, segurança, a previdência social, lazer, saúde e à educação. Há ainda a Resolução do MEC Nº 6, de 2 de fevereiro de 2006 que indica a instauração da prática de extensão, mediante escritórios modelo,

empresas júniores ou semelhantes como parte das atividades pedagógicas dos cursos de Arquitetura e Urbanismo.

Na pesquisa, extensão e ensino as temáticas ligadas à habitação, inegavelmente, se reincorporaram nas escolas e publicações de arquitetura. Contudo, é preciso que faça o esforço de que não sejam obstruídas do debate público diante da austeridade econômica e da reorientação da agenda dos governos.

Há poucos anos, no Brasil, algumas demandas sociais pela democratização da universidade pública foram parcialmente atendidas, a partir de quesitos como a expansão do ensino universitário e as políticas afirmativas. A universidade inclui novos grupos sociais, mas ainda fica devendo em relação à produção e distribuição dos conhecimentos nela produzidos e em relação às ações encaminhadas às comunidades de baixa renda. Importa que se usem instrumentos metodológicos que incidam na interação com as comunidades e os movimentos sociais, articulando seus interesses coletivos aos conhecimentos técnicos e científicos.

Compreende-se que o papel da universidade é crucial na definição dos problemas sociais e urbanos; assim como na resolução coletiva desses problemas diante das polarizações e das contradições configuradas no contexto da globalização. Estas constituem conflitos nos países periféricos nos quais se situa a produção rotineira, com impactos diretos sobre os recursos e o ambiente; impactos referentes a distribuição desigual da riqueza e do poder sobre a produção e os conhecimentos mundiais. Não obstante, a hegemonia imaterial do conhecimento, mas também da finança, os processos de mudança na economia mundial afetaram as políticas urbanas, que se converteram, irremediavelmente, num proeminente setor econômico, numa máquina de crescimento das cidades. Há anos articula-se uma coalizão Estado-mercado que transfere continuamente para o último o encargo de planejar e intervir na produção das cidades e da habitação.

Por outro lado, o agenciamento da implantação da Lei de Assistência Técnica está muito lento por parte do setor público e da categoria profissional. Para complicar é preciso admitir que poucos profissionais estão habilitados para atuar neste setor atualmente. Desde 2017, todos os CAU/UF tem dedicado 2% de seu orçamento para apoiar ações desse tipo em todo o Brasil, visando a universalização do acesso aos serviços de Arquitetura e Urbanismo. É um passo, que se soma, as dispersas centenas de assessorias técnicas brasileiras, algumas mais consistentes quantitativamente outras menos. O trabalho incremental – realizado de forma paulatina, responsiva, controlada pelos usuários, apresentado pelos palestrantes aqui reunidos, diz respeito à formação de profissionais habilitados para atuarem em comunidades.

VIVÊNCIA-EXPERIÊNCIA COMUNITÁRIA DE UM ESCRITÓRIO MODELO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Clara Luiza Miranda (DAU PPGAUFES)

Trata da cooperação e da complementaridade entre ações de agentes públicos, terceiro setor, comunidade e universidade – sobretudo, enfocando a atuação do Célula Escritório Modelo – EMAU – no autodenominado Território do Bem, Vitória, ES, no período entre 2008 e 2014. Aborda nos processos autogestionários e participativos nessas comunidades designadas como zonas especiais de interesse social no plano diretor municipal. Também aborda a relação entre planejamento local, interinstitucionalidade, universidade e participação. Conforme os parâmetros indicados pela Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FENEA), o Célula-EMAU se apresenta como atividade didático-pedagógica, de pesquisa-ação e de extensão universitária da Universidade Federal do Espírito Santo. Articula-se com comunidades organizadas que não têm acesso à produção formal da cidade e da arquitetura, como as do território do Bem. No período designado, o Célula realizou suas ações sem uma ideia preconcebida de projeto ou de plano, com uma postura não-hierárquica com o usuário cidadão. As intervenções físicas mais importantes do Célula no Território do Bem são as que se converteram em bens de uso coletivo. Na vivência-experiência de cinco anos nesse Território, constituiu reciprocidades com os moradores e suas lideranças, que desdobraram em ação contínua nessas comunidades de profissionais egressos do Célula.

O ESCRITÓRIO MODELO DE ARQUITETURA E URBANISMO E A CONJUNTURA ATUAL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO BRASIL

Lutero Proscholdt Almeida (DAU PPGAU UFES)

Os Célula escritório modelo de arquitetura e urbanismo – EMAU – surgiu da intenção de promover a vivência e a prática dos graduandos em arquitetura e urbanismo. Ao longo dos 15 anos, o Célula manteve o compromisso com a realidade social de comunidades onde atuam. Dentre os trabalhos nos últimos dois anos estão: a Mangueoteca, que se trata de uma biblioteca comunitária perto da UFES; um Projeto Habitacional Multifamiliar, fruto de uma ocupação no Centro de Vitória; a reforma do Hospital Universitário e de escolas municipais; mais 6 intervenções urbanísticas no programa laboratórios sociais, que foi tecido por diversas iniciativas: terceiro setor, universidade e comunidade. Tais práticas, além da inserção projetual, fez brotar o desejo de consolidar uma metodologia própria. Logo, o momento atual é de reflexão e de análise crítica, para que se consolide o grupo e perca o ideal de uma formação social e técnica. Frente à crise urbana ao qual as cidades estão submetidas, uma nova instância de trabalho parece nascer, saindo do eixo governamental e indo para um patamar cooperativo, unindo diversas parcerias. Neste contexto, os EMAUs parecem se encaixar fazendo da universidade um importante mediador: aprendendo, respaldando e assistindo a esses diversos segmentos da sociedade.

PROJETO DE EXTENSÃO ADOTE UMA CASA, UVV

Andréia Fernandes Muniz (Universidade Vila Velha/ES)

A efetiva integração do caráter interdisciplinar, educativo, social e político da extensão universitária às atividades de ensino e pesquisa contribui para a geração de conhecimento e formação profissional. No âmbito da Arquitetura, ações de extensão podem envolver atividades com diferentes temáticas, que são importantes para a formação do Arquiteto. Neste contexto de reflexão, associada à temática da habitação social, se insere o projeto de extensão Adote uma Casa, iniciativa do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Vila Velha/ES e desenvolvido no Núcleo de Estudos e Práticas (NEP-UVV), visa proporcionar assistência técnica gratuita a famílias de baixa renda por meio da elaboração de projetos de reformas e execução de obras em moradias localizadas em áreas de interesse social da Região da Grande Vitória/ES. Iniciado em 2015, o projeto já realizou diversas ações, incluindo a execução de obras em quatro moradias, utilizando recursos viabilizados através de parcerias e doações de entidades, pessoas físicas e jurídicas. O projeto inclui socialmente, através das melhorias habitacionais, famílias não assistidas por profissionais de arquitetura. Além de envolver professores e alunos, o projeto integra ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação profissional articulada a uma demanda social que é o acesso à moradia.

A EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO ATELIÊ DE IDEIAS NA RMGV E SEUS DESDOBRAMENTOS

Cleuber da Silva Junior (Ateliê de Ideias – ONG)

A Associação Ateliê de Ideias é uma entidade sem fins lucrativos cuja sede está localizada no bairro de São Benedito, Vitória. Há mais de dez anos, surge um grupo de cerca de sessenta mulheres que começa a atuar em um pequeno negócio cooperativo na área de artesanato e costura. Após conseguirem seus primeiros ganhos expressivos, estas mulheres optaram por realizar um empréstimo para outros dois pequenos empreendimentos: um de marcenaria e outro de culinária. Ao conhecerem o trabalho realizado pelo Banco Palmas, no Ceará, este grupo de mulheres decide criar um Banco Comunitário para realizar pequenos empréstimos com moeda local. Surge, assim, o Banco Bem, concomitantemente ao Ateliê de Ideias, que é a Instituição Jurídica que passa a se responsabilizar pelo Banco. De lá para cá, o Banco Bem se destaca e transforma o Ateliê de Ideias em uma referência em toda a região – não apenas pela oferta de crédito, mas também por sua função como animador no processo de envolvimento das comunidades nos processos de planejamento do desenvolvimento local em longo prazo. É sobre algumas das experiências do Ateliê de Ideias (e seus desdobramentos) que gostaríamos de falar.

A ‘VILLA 31’ E A FUNÇÃO SOCIAL DO ARQUITETO INSTITUCIONAL-TERRITORIAL

Samira de Sousa Proêza (Secretaria de Integración Social y Urbana - Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires)

O Bairro Padre Mugica, conhecido como Villa 31, consiste em um dos assentamentos informais mais emblemáticos da Argentina, localizado na zona central da Capital Federal,

próximo a bairros valorizados como Recoleta, Puerto Madero e Retiro e ao lado de um dos principais centros de transbordos metropolitanos, resulta em um grande foco de interesse político e econômico. Acumula, ao longo da sua história, processos de erradicação e de intervenções que ignoram os interesses e necessidades comunitárias. Por outro lado, os moradores, imigrantes oriundos em sua maior parte do Norte Argentino, Bolívia, Paraguai e Peru, consolidaram um potente histórico de resistência e luta. Atualmente, a 31 está passando por um intenso processo de urbanização, fazendo emergir diversos conflitos entre Estado, mercado imobiliário, corporações, expectativas dos moradores, necessidades básicas da comunidade, desinformação local, grandes mídias, resistências, campanhas políticas, diferentes modos de construir, cultura local, falta de assistência social, turismo “villero”, entre outros. E se torna essencial questionar a função do arquiteto institucional-territorial imerso em todos esses paradoxos, em todas essas escalas conflitantes, discutir sobre os limites e as fronteiras do ofício, os saberes e usos técnicos, a atuação social do arquiteto em território comunitário dentro de um marco institucional.